

VIOLÊNCIA CONTRA OS POVOS INDÍGENAS: UM ESTUDO DE CASO NA RESERVA DE DOURADOS /MS: GUARANI, KAIOWA E TERENA

Angela Maria dos Santos Badeca

RESUMO

Este trabalho é fruto de uma pesquisa na qual realizamos um levantamento de dados de violência contra os povos indígenas no estado de Mato Grosso do Sul, mais especificamente as violências vividas pela população indígena na reserva de Dourados/MS. Tem também como objetivo identificar a cartografia dos Guarani Kaiowa e terena e compreender os processos de desconstrução dos territórios e territorialidades. Os Guarani, Kaiowa e Terena vivem em meio às situações de conflitos, medos na Reserva Indígena de Dourados/MS. Conhecida nacionalmente pela grave situação de descaso com os povos indígenas. Decorrente disso entendemos que é importante sabermos como pensam e vivem esses povos, como produzem seus territórios e territorialidade, sobretudo, como as crianças, jovens e adolescente, pensam e como interpretam e representam a vida cotidiana na Reserva. A Presente pesquisa buscou levantar dados de Violência contra os povos indígena, dados estes do Relatório Violência contra os povos indígenas no Brasil do Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Dados estes de grande importância, pois este relatório anual traz informação de todo o tipo de violência contra os povos indígenas como tabelas, gráficos e o tipo de ocorrência detalhada, em todo território brasileiro sendo o foco o estado de Mato Grosso do Sul.

PALAVRAS CHAVE- Reserva Indígena de Dourados – Crianças e jovens-Conflito e violência

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa buscou fazer um levantamento de dados de violência contra os povos indígenas no território brasileiro, no estado de Mato Grosso do Sul e na reserva de Dourados/MS e entender como os guarani kaiowa e terena vivem em meio as situações de conflitos, medos e violência na reserva de Dourados/MS. Decorrente disso entender sobretudo, como crianças, jovens e adolescente pensam e como interpretam e representam a vida cotidiana na reserva, ao meio de tanta violência confirmada pelos dados do CIMI. Violência está vivida principalmente entre crianças, jovens, adolescente e mulheres.

A Reserva de Dourados /MS é conhecida nacionalmente pela grave situação de descaso com os povos indígenas, onde ocorrências de suicídios, tentativas de assassinatos, homicídios e violência sexual, dispõe de quadro alarmante de violência, principalmente entre os jovens, adolescente, mulheres e crianças.

Segundo Mota (2011) a criação da Reserva Indígena de Dourados (MS) está diretamente relacionada a esse contexto de esbulho dos territórios étnicos indígenas. Criada no início do século XX, em 1917, pelo estado brasileiro, por mediação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), atualmente Fundação Nacional do Índio (FUNAI), uma de

suas funções era de abrigar os indígenas que sofriam impacto compulsório da desterritorialização de seus territórios étnicos. As reservas foram constituídas em formatos de área, algumas pequenas ilhas no imenso território historicamente ocupados pelos Guarani e Kaiowa. (MOTA, 2011).

Segundo Mota (2011):

A Reserva está localizada nos Município de Dourados e Itaporã (MS), e a mesma é compartilhada territorialmente pelas sociedades indígenas Guarani, Kaiowa, Terena e outros grupos indígenas como os Kadiwéu e Xavante, mas também por não indígena. (Mota 2011, pág., 159, 160).

Portanto para compreender minimamente está Reserva, primeiramente “ é necessário dizer que esta tem maior densidade populacional por extensão territorial comparadas a outras terras indígenas no Brasil ” (Mota 2011, pág., 160).

Conforme dados IBGE (censo 2010), aponta que a população indígena de Mato Grosso do Sul é de 61.737 pessoas. Apenas a Aldeia de Dourados (MS) concentra 18% dos índios no Estado com uma população de 11.146. O Estado de Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do país. A Aldeia de Dourados (MS), fica na área urbana da cidade, é conhecida pelos problemas de segurança, de saúde e pela pobreza em que vivem os índios. No estado de Mato Grosso do Sul a população Guarani Kaiowa é de 35.276 mil índios e Terena 9.626 mil índios. (Dados IBGE, 2010).

Neste aspecto segundo Mota (2015) defende que:

O estado conseguiu elaborar uma integração precária dos Guarani e Kaiowa no “mundo do branco”. Ainda afirma que a hipótese de que esse é um dos principais fatores que influenciam na violência interna dentro da Reserva, Convertendo-o em um território do medo, violência e insegurança. (MOTA ,2015, P. 176).

Segundo Chamorro (2015, pag. 22), o contato dos Kaiowa com a sociedade brasileira se deu no período monárquico e republicano foi mediado” *por políticas paternalistas e por medidas que favoreceram os membros da elite econômica e política a se afazendarem nas terras indígenas do antigo Mato Grosso e a usarem a mão de obra indígena nas novas práticas econômicas* “.

A autora ressalta que:

No final do século XIX, a área ocupada pelos Kaiowa se tornou palco de guerra entre Brasil e Paraguai. O uso ostensivo de arma de fogo, as trincheiras, a presença massiva de escravos e descendentes de escravos negros, as mortes e as pestes, entre outros, foram acolhidos pelos Kaiowa em seus mitos. Esse episódio foi seguido por uma nova frente econômica: a exploração

da erva-mate, que se intensificou a mobilidade indígena no âmbito de suas grandes áreas, ou *Tekoha Guasu*, e acarretou novas formas de interferência na liberdade Kaiowa. O contato, antes intermitente, passou a ser contínuo, impondo-se a submissão colonial com a perda da autonomia no uso do território. (Chamorro, 2015, pag. 22) .

Portanto a cobiça por suas terras era tamanha que foi necessário demarcar espaços específicos para as comunidades indígenas. Assim, entre 1915 e 1928, o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) demarcou oito fazendas, de até 3.600 hectares cada uma, para essas comunidades.

Chamorro (2015) faz a seguinte afirmação:

Assim, a terra ocupada por esses indígenas foi drasticamente reduzida. Mas a medida contemplou apenas uma pequena parte da população; a maior parte permaneceu fora das reservas. A medida que os novos proprietários tomavam posse de suas terras, aumentava o constrangimento dos indígenas para sair em busca de lugares ainda não demandado por particulares. Muitas comunidades foram deslocadas de seus territórios *Tekoha*, ou fragmentaram por distintas localidades, processo definido pelos indígenas como *esparramo ou sarambipa*. (Chamorro, 2015, pag. 22) .

Na data de 1940 há outros acontecimentos marcante na história regional, tais como: o assentamento de centenas de pequenos agricultores, ou camponeses, procedente do Nordeste e do centro do Brasil, na Colônia Agrícola Federal de Dourados, implantadas em terras ocupadas pelos Kaiowa.

Como afirma Chamorro (2015):

Os indígenas enfrentaram -se então pela primeira vez “corpo a corpo” com a população não indígena mais numerosa e com aparelho burocrático e repressor do órgão indigenista e do órgão responsável pelo assentamento de agricultores. Surgiram os povoados e as cidades, abriram-se estradas e chegaram novas frentes econômicas. Nos anos de 1970 iniciou-se a fase das fazendas de soja e outras. Monoculturas, que levaram o termo o desmatamento e a definição da paisagem que hoje conhecemos em Mato Grosso do Sul. Com a Agricultura mecanizada, os Kaiowa, que no começo ajudaram a derrubar a mata e depois foram peões nas novas propriedades, tornaram -se desnecessários e indesejados. Nesse ambiente, foram saindo dos fundos das fazendas ou sendo levados pelos novos proprietários ou pelas entidades indigenistas para as reservas, que então, sim, começaram a crescer, em números de habitantes e de problemas. (Chamorro, 2015, pag. 23) .

Portanto não é de se estranhar, que o tempo presente seja de tensão e desequilíbrio entre a sociedade indígena e o estado.

Chamorro (2015) ressalta que:

Este pressionado de um lado por uma consciência histórica crítica acerca desse passado e comprometido, por outro, com o capitalismo agropecuário, não consegue fazer cumprir a Constituição de 1988, que reconhece aos povos indígenas “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à união demarcá-la, proteger e fazer respeitar todos seus bens” (BRASIL, 1988, Art.231, Caput). É o estado colonialista que se articula em torno de ideias de discriminação racial para negar os direitos dos povos indígenas ratificados pelo próprio estado. (Chamorro ,2015, pag. 23).

Segundo Pereira (2016), o mapa Guarani Retã, publicado nove anos após a publicação da tese de Brand, apresenta a identificação dos locais onde estão radicadas comunidades guarani no Paraguai, na Argentina e no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil.

Sendo que:

O levantamento não apresenta dados sobre comunidades guarani situadas em outros estados brasileiros e o guarani que vivem na Bolívia também ficam fora. (Pereira, 2016, pág.; 15).

Para o propósito do referido artigo, o que importa é observar os dados sobre a população kaiowa localizada no estado de Mato Grosso do Sul. Sendo aqui será reproduzida uma tabela demográfica da população guarani.

Tabela I – demografia guarani 2008

Etnia	Aché	Avá/Nhandeva (Ou guarani - MS)	Mbyá	Pãi / kaiowa	Total
Brasil					
Argentina	0	1.000	5.500	0	6.500
Brasil	0	13.000	7.000	31.000	51.000
Paraguai	1.200	13.200	15.000	13.000	42.000
Total	1.200	27.200	27.500	44.000	99.900

Fonte: mapa guarani Retã ,2008, Apud: Pereira 2016, pág.; 15 .Org.: Santos & Ferraz (2017)

Pereira (2016), argumenta que a população kaiowa está estimada em 31.000 pessoas. A SESAI- Secretaria Especial de Saúde Indígena – e outros estudiosos da população indígena kaiowa e guarani estimam que em MS a população kaiowa é superior a 50 mil indivíduos em 2016.

Sendo que segundo Pereira (2016):

étnicos também falantes de línguas pertencentes a esse mesmo tronco linguísticos, sendo possível aos estudiosos traçar o parentesco históricos entre essas línguas”.

Sendo que o período posterior da guerra do Paraguai é marcado pela expansão definitiva das frentes de expansão agropecuária no território ocupado por comunidade Terena.

Pereira (2009) afirma que:

Muitos deles se empregaram como peões ou agregados nas fazendas de criação de gado instalada principalmente nos municípios de Campo Grande, Miranda, Aquidauana, Jardim e Nioaque. Assim, os Terena são amplamente integrados ao sistema econômico regional, seja na condição de trabalhadores diretos ou indiretos da estrada de ferro, como militares de Exército brasileiro ou em qualquer outro local em que adquiriam algum vínculo empregatício. Mas a principal forma de engajamento do Terena no período que vai do término da Guerra do Paraguai até a demarcação das terras a eles reservadas, o que só acontecerá a partir da segunda metade do século XX, será, na condição de “camaradas de conta”. Nesse período a maior parte da população foi desalojada de suas terras e incorporada como agregados em fazendas (Pereira,2009., pag. 119)

O argumento que Pereira (2009), propõe é que a facilidade demonstrada pelos Terena em se apropriar dos códigos que regiam o sistema de colonização implantada na região, contribui para reforçar a imagem que já vinha se constituindo desde o início da penetração colonial.

Portanto:

Essa imagem apresenta os Terena como população solícita e predisposta ao estabelecimento de contato pacífico com a exterioridade e, portanto, sempre propensa a colaborar com o empreendimento colonizador. (Pereira ,2009, pag. 119)

Pereira (2009), afirma que, no que diz respeito à relação com o estado, através do órgão indigenista oficial, vale lembrar que no período anterior a década de 1960, ainda na vigência do SPI, essa suposta tendência já se fazia presente.

Sendo assim Pereira (2009) que:

Assim , o SPI identifica a propensão dos Terena para assimilação ,manifestada na facilidade e habilidade em incorporar novas tecnologias e formas organizacionais .Os Terena passam a ser vistos inclusive como aliados estratégicos na tentativa de atingir outras populações indígenas consideradas como mais refratárias aos objetivos integracionistas do órgão indigenista .É com essa intenção que o SPI promove o recolhimento de Terena que viviam como agregados em fazendas nos municípios de Dourados e Ponta Porã para a reserva Kaiowa de Dourados. A intenção expressa era de que eles pudessem facilitar a assimilação dos Kaiowa, considerados poucos solícitos ao intento integracionista do Estado. (Pereira ,2009, pag. 119,120).

Como relata Pereira (2009), na primeira metade do século XX o SPI além de atrair para a reserva de Dourados índios Terena, dispersos pela região, também facilitou o ingresso de regionais pobres e paraguaios que tivesse relações de proximidade com a população Kaiowa e Guarani ali aldeada.

Segundo Pereira (2009):

A ideia era que essa interação e mestiçagem favorecia a assimilação gradativa da população Guarani e Kaiowa. Disto resulta uma poluição na Reserva de Dourados. O certo é que nesse momento atribui aos Terena um papel civilizador, tanto é que família Terena foram transferidas para a Reserva Araribá, em Bauru (SP), com a intenção de facilitar a “aculturação” dos Kaigang. (Pereira, 2009, pag. 120)

Portanto faz parte da História a construção dessa imagem, a ideia de que os Terena também, segundo Pereira (2009, pag. 120) “*apresentaria grande disposição para incorporação de elementos típicos da cultural nacional, como técnicas de produção, formas de expressão religiosa, escolarização, etc.*”.

Mapa II- Localização do território Terena no estado de Mato Grosso do Sul.



Mapa II – a ocupação indígena em Mato Grosso do Sul / fonte: BITTENCURT & LADEIRA (2000, p.40)

Mapa II -mostra a ocupação do território terena no estado de Mato Grosso do Sul. Ocupação esta que se concentra ao oeste do estado, nos municípios de Miranda, Aquidauana, Nioaque e Sidrolândia.

Depois de elencar o processo histórico da Reserva de Dourados (MS) e de como se deu a sua ocupação pelos Terenas, Guarani, Kaiowa e outros.

Vamos aqui elencar o processo histórico do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), pois é de grande importância para esta pesquisa onde dados de violência pode se confirmado contra os povos indígenas.

Segundo Suess (2012), o CIMI é uma entidade articuladora de missionárias e missionários que fazem uma autocrítica da pastoral indigenista, nasce durante a ditadura militar, numa década de violência causada pelo modelo desenvolvimentista.

Suess (2012) faz a seguinte afirmação:

O plano da “operação Amazônia”, de 1966, é substituído pelo famoso “Plano de Integração Regional”, de 1970. No mesmo ano vem ao Brasil uma Comissão da Cruz Vermelha para investigar casos documentados com fotos de índios torturados. A “pacificação” dos Cinta larga ocupa desde de 1969 as manchetes dos jornais. A construção das Rodovias BR- 230 (transamazônica), 174 (Manaus -Boa Vista), 163(Cuiabá -Santarém), 364(Cuiabá – Porto Velho) e 210 (Perimetral norte) projeta suas sombras sobre dezenas de povos indígenas na Amazônia. As notícias sobre massacres indígenas e sobre o grande número de índios mortos por doenças torna-se cada vez mais frequentes. O órgão da política indigenista do estado, a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), dirigida por coronéis e generais, tem a incumbência de garantir que os índios não representem obstáculo à política desenvolvimentista. (Suess,2012, pag. 25) .

Suess (2012, pag. 25) afirma que na época da fundação do CIMI, em 1972, a sociedade brasileira e as igrejas locais não acreditavam na possibilidade de que os povos indígenas poderiam ter um futuro próprio como povos e nações. “*esperavam que o desenvolvimento e o progresso pudessem solucionar a questão indígena*”. Na década desenvolvimentista dos anos 70, seguida pela década perdida dos anos 80, as palavras “civilização”, “progresso” e “desenvolvimentista” exerceram fascínio entre os povos considerados subdesenvolvidos. (Suess,2012).

Suess (2012, pag. 26) argumenta que foi neste contexto da construção de estradas e de descrença no futuro dos povos indígenas que o CIMI iniciou seu trabalho, *''propondo a ruptura com o modelo desenvolvimentista em marcha assumindo uma pastoral específica integral e amplamente articulada''*.

Sendo:

Uma solução justa da questão das terras dos povos indígenas que exigiria mudanças profundas no modelo econômico e sociopolítico vigente, com seus pilares de acumulação, aceleração e autoritarismo. Essa opção causou conflitos, não somente frente ao estado, mas também no interior das igrejas locais. Discutiu-se se o futuro dos povos indígenas seria presente da sociedade nacional ou se haveria para índios um caminho e um futuro próprio.

O CIMI começou com um ato de fé no futuro dos povos indígenas num momento em que a política indigenista oficial e os setores articulados com o governo já deram a ordem de não ressuscitar o *''paciente agonizante''* na UTI do progresso. Os jornais falavam do *''inevitável desaparecimento''* dos povos indígenas. A classe dominante levantava já 500 anos as suas taças com cachaça e sangue, dando vivas à morte dos povos indígenas sem-terra. (Suess,2012, pag.26).

Desde de sua origem, a história do CIMI é marcada por testemunha qualificadas. Segundo Suess (2012p.28) *''muitas lideranças e missionários foram assassinados neste tempo pós-conciliar''*.

Segundo Suess (2012) ao longo da história, as Assembleias gerais do CIMI determinaram as prioridades em torno de:

Oito linhas de ação: terra, formação, movimento indígena, alianças, políticas públicas, Auto sustentação, dialogo intercultural e inter-religioso, pastoral urbana. (Suess, p.31,2012).

A nossa atenção terá como foco central nesta as perspectivas das crianças e jovens, que sofrem expressivamente com a gravidade da situação guarani, Kaiowa e Terena na reserva. Isso justifica pela necessidade de compreendermos as experiências e representações que essas pessoas elaboram sobre conflitos, medos e sonhos.

A importância dos jovens e das crianças para essa pesquisa está na tentativa de romper com a perspectiva adultocêntrica que impera nas ciências humanas.

As crianças e jovens podem nos ensinar muitas coisas sobre uma dada realidade, permitir outras interpretações sobre o território e territorialidades existente na Reserva, por exemplo. Esses sujeitos são tão importantes quanto os adultos, apesar de terem pouca ou nenhuma visibilidade nos trabalhos acadêmicos.

Devemos quebrar os silenciosamente sobre olhares, as narrativas e as representações sociais que pouco ou nada foram elaboradas pelas crianças e jovens na Geografia, reconhecer que esses sujeitos também dão pistas importantes sobre os desafios dos povos indígenas na contemporaneidade.

Nesse trabalho as crianças e jovens serão sujeitos com capacidades de opinar, intervir e participar na tomada de decisões sobre os assuntos de sua comunidade. Assim, reconhecemos os jovens e crianças como sujeitos ativos, que atuam sobre a realidade em que vivem e se adaptam a ela transformando-a e transformando-se com ela.

Segundo dados do IBGE (censo 2010), o número de criança indígenas até 9 anos de idade é de 101.000, cerca de 11% do total da população indígena do Brasil.

A segundos dados da (UNICEF), as crianças indígenas são afetadas por: violência, exploração e abusos. A probabilidade de elas serem obrigadas a trabalhar é muito maior de que a das não indígenas, devido aos altos níveis de pobreza existentes.

Portanto as crianças indígenas vivenciam experiências desiguais tais como: dificuldades de acesso a saúde, a educação, inadequação de saneamento básico entre os outros problemas. É na primeira infância que elas têm contato com as drogas e álcool e assim influenciando negativamente o desenvolvimento das mesmas.

Embora a taxa de mortalidade infantil tenha caído no país nos últimos anos, permanecendo de 19,0 por mil nascido vivos, o mesmo não acontece entre os índios brasileiros, cuja a mortalidade é de 41,9 por nascido vivo as causas que levam a óbitos são diversas, as principais são desnutrição, diarreia trauma-simples e agressão.

A criança indígena tem uma probabilidade bem menor de frequentar a escola e alcançar bons resultados educacionais. Estas são os motivos mais frequentes que colaboram, com a ausência de educação: o ensino bilíngue, distância da escola, falta de transporte, falta de material didático, falta de livros e alimentação adequada entre outros problemas.

Segundo Melo (2016):

Quando pensamos as crianças, sempre nos remete ao ser inocente, indefeso, com necessidade de proteção. A criança como todo ser humano é um sujeito social e histórico e faz parte de uma organização familiar e está inserida em uma sociedade. Sendo assim observa-se grande esforço por parte delas, para compreender e aprender os ensinamentos do dia-a-dia, em seu contexto sociocultural. As crianças indígenas em suas comunidades são acometidas por uma vivência social inerente à tradição cultural de sua etnia. Por ventura compreender-se que elas não estão isentas de maus tratos e expropriação de seus direitos (Melo 2016, pag. 208)

Depois de pensarmos o ser criança indígena e vivendo na reserva, vamos pensar o jovem na Reserva de Dourados (MS). O que é ser jovem?

Segundo dados da UNESCO, no Brasil temos aproximadamente 204.450.649 habitantes, segundo estimativa do IBGE, de 2015. Dessa população, mais de 51 milhões são jovens, foi em 2010 que o termo jovem foi inserido na Constituição Federal (Brasil, 2010).

Mas o que significa juventude? Juventude, na acepção de país (1990), é uma categoria social manipulável. É apresentada à sociedade como um grupo homogêneo, assumindo a representação do senso comum que predomina e passa a ser dada como realidade. A juventude é vista do ponto de vista sociológico por duas correntes: uma geracional, que entende o grupo por sujeito de uma mesma faixa etária; e outra classista, em que os jovens são vistos por possuir de diferentes culturas (Godoi,2016).

Segundo Godoi (2016) alguns autores alegam que nessa idade de vida sempre existiu e para outros é um conceito construído “*e produto histórico da modernidade*”.

Godoi (2016) argumenta que a juventude aristocrática é a primeira a adquirir visibilidade social com publicações destinadas à sua educação. “*a visibilidade social é elemento da juventude moderna.*”

Godoi (2016) afirma que, quando se fala em jovens, temos duas representações: “*força motriz para mudança social; jovens problemáticos/protagonista de problema.*”

É no século XIX que nasce a juventude moderna segundo Godoi (2016), bem como a ideia do jovem operário. “*A ideia de preparação para vida adulta se inicia com a juventude burguesa, daí deriva a importância dos estudos e a criação de escolas para as massas*”.

Godoi (2016) afirma que:

A juventude moderna, que concebida como fase da vida, quer como experiência juvenil, é um produto da modernidade. Da modernidade que trouxe consigo a escola de massa e a conseqüente escolaridade obrigatória, a institucionalização de um tempo específico para aprender e a criação de um espaço propício à participação num grupo de pares, ao desenvolvimento de sociabilidades e a identificação com as culturas juvenis; da modernidade que assistiu à crescente intervenção do Estado-Nação na regulação da sociedade e a construção da juventude como categoria social, alvo de medidas públicas específicas; da modernidade que provocou profundas mudanças sociais e fez nascer um conjunto de problemas que, ao ser associado a uma população jovem, contribuiu para que esta tenha começado a ser objeto de consciência social. (Alves, 2008, p.24, Apud: Godoi, 2016).

Segundo Godoi (2016), os documentos produzidos por órgão do governo Federal brasileiro para as políticas sociais de juventude utilizam a faixa etária de: 15 a 19; apesar de discutir juventude não é determinada pela idade.

Já a ONU adota a faixa etária de: 15 a 24 anos; para discussão de juventude.

Para ver a situação do jovem indígena na Reserva de Dourados (MS), temos que rever o conceito tempo e memória, para podermos entender suas identidades e seus lugares construídos dentro e fora da Reserva. Lugares estes construídos sobre questões cotidiana e dificuldades sofrido dentro da reserva e fora dela. Uma realidade descrita na literatura como uma realidade impossível de ser vivida por ser repleta de violência e abandono do poder público, muito desses jovens não tem perspectiva de futuro melhor.

É sabido que esses jovens vivenciam todos os dias com todo o tipo de violência. O índice de suicídio é alto entre os jovens na reserva de Dourados (MS), os assassinatos a maior parte são de jovens, tentativa de assassinato tem um alto índice de jovens. E sobre violência sexual todas são praticadas com jovens, adolescente e crianças (meninas).

Estes jovens indígenas vivem entre a Reserva e a cidade de Dourados (MS). Marcado por discriminação dos não- indígenas, por esta convivência ser intensa as vezes, é preciso negociar suas identidades e sua cultura.

Segundos dados do CIMI nos últimos anos os números de assassinatos de indígenas são alto. Sendo que a maioria ocorreu no Estado de Mato Grosso do Sul. Por meios empregados: de facadas, tiros, brigas pessoais, espancamentos e perseguições por conflitos fundiários.

O estado de Mato Grosso do Sul é considerado um dos estados mais violento do Brasil e que tem um cenário de maior violência contra os povos indígenas. Todos os assassinatos e tentativas de assassinatos, e todas as ameaças de violência se abatem sobre os povos indígenas do estado.

Alguns estudiosos consideram a situação do estado como um verdadeiro genocídio. Esta violência está relacionada também ao descaso com a saúde indígena. Estas ocorrências estão relacionadas com a falta de assistência, falta de recursos e falta de medicamentos. Esta violência afeta principalmente as crianças e idosos. Outro quadro de violência é a situação escolar indígena, que fica evidente no descaso com os professores e alunos indígenas. Essas evidencias podem ser observadas com: a falta de material didático, falta de local adequado para se ministrar as aulas e violação ao direito a educação diferenciada. Os altos números de assassinatos e tentativas de assassinatos está sempre relacionada ao consumo de álcool. E assim completa o quadro de suicídios.

Outro quadro de violência é o homicídio culposo, que sempre são vítimas crianças que moram em acampamentos a beira das rodovias do estado. Outro quadro de grande relevância é a violência sexual e que tem como vítimas jovens, adolescentes e Crianças (mulheres).

No estado de Mato Grosso do Sul os municípios que concentram maior dados de violência contra os povos indígenas Dourados, Amambai e Caarapó. Alguns estudos afirmam que o alto índice de violência nestes municípios se deve a alta concentração demográfica indígenas nas reservas ali existente.

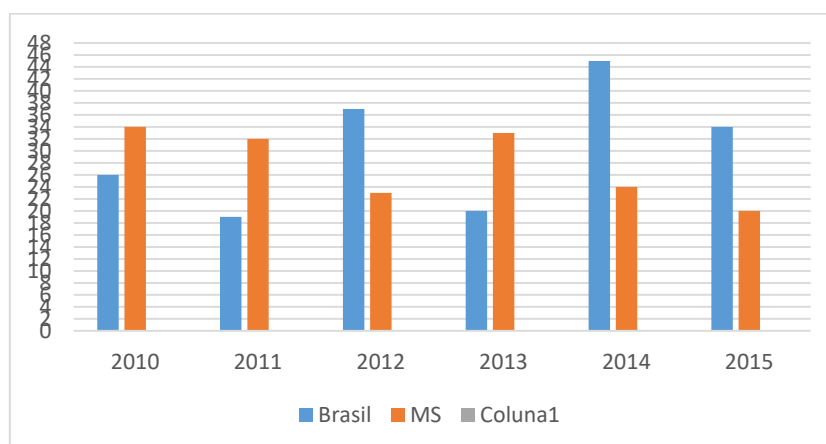
Desenvolvimento

A pesquisa foi desenvolvida dentro do termo estudo de caso. Segundo Goldenberg (2004, p.33) o termo estudo de caso vem de uma tradição de pesquisa médica e psicológica, na qual se refere a uma análise detalhada de um caso individual. Goldenberg (2004) afirma que este:

Método supõe que se pode adquirir conhecimento do fenômeno estudado a partir da exploração intensa de um único caso. Adaptado da tradição médica, estudo de caso tornou-se uma das principais modalidades de pesquisa qualitativa em ciências sociais. O estudo de caso não é uma técnica específica, mas uma análise holística, a mais completa possível, que considera a unidade social estudada como um todo, seja um indivíduo, uma família, uma instituição ou comunidade, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos. (Goldenberg, 2004, p.33).

Nesta parte do desenvolvimento do trabalho vamos mostrar os dados de violência contra estes povos através de gráficos.

Gráfico 1 – Número de assassinatos no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Dados, CIMI: org.Santos & Ferraz (2017)

Gráfico 1- demonstra que o alto índice de assassinatos em (2010) foi de 60 indivíduo. O mesmo quadro de (2009) e (2008). Sendo (2010) e, (34) assassinatos no estado de Mato Grosso do Sul do total contabilizado no quadro geral.

Segundo dados do CIMI foram registrados (51) assassinatos em (2011). O estado de Mato Grosso do Sul com maior número de casos com (32) vítimas ou (67%) das ocorrências em relação ao restante do país.

O caso de maior repercussão em (2011), foi o assassinato do Cacique Nísio Gomes no Tekoha Guaiviry no Município de Aral Moreira (MS). O Tekoha foi invadido por um grupo de homens armado que o assassinaram e sequestraram seu corpo. Até hoje o corpo de Nísio Gomes não foi encontrado.

Em (2012) cresceu o número de assassinatos no estado de Mato Grosso do Sul, com registro de (37) assassinatos contra os (32) casos registrados em (2011). O estado continua com maior número de casos com mais de 60% das ocorrências. No quadro geral do país houve (24) casos de assassinatos.

Em (2013) o estado de Mato Grosso do Sul registrou (33) casos de assassinatos. O estado continua à frente no número de casos no país com (62%). Foram registrados (20) casos de assassinatos no Brasil em (2013).

Em (2014) no estado de Mato Grosso do Sul houve (25) casos de assassinatos, sendo que no demais estado do país 45 casos. Este aumento de números dos assassinatos registrados no país se deve ao aumento de casos no estado da Bahia com (15) casos e estado do Amazonas (10). Este aumento de violência está relacionado com conflitos fundiários.

Em (2014) segundo com base na lei de acesso à informação (12.527/2011), o CIMI solicitou da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) relativos aos assassinatos em todo o território nacional. A Secretaria enviou uma tabela composta apenas por duas colunas: “nome Dsei [Distrito Especial de Saúde Indígena]” e óbitos resultados de agressões “. Sendo assim os dados fornecidos não permitem uma análise mais detalhada, visto que não apresenta informações detalhadas das ocorrências, tais como: povo, estado, sexo, idade, etc. Mesmo assim, os dados indicam um aumento de indígenas assassinatos no país. Sendo segundo dados obtidos pelo CIMI, foi registrado em (2014)38 casos.

Segundo informações do Dsei o estado de Mato Grosso do Sul, este é uma vez mais violento do país, em relação aos assassinatos de indígena com (41) casos ou (29%) dos casos.

Segundo a área de técnica de saúde mental (Diasi/Dsei/MS) a faixa etária com maior incidência de vítimas foi de 20 a 29 anos (32%) dos casos. Também é preocupante o registro de assassinatos na faixa etária de 10 a 14 anos (12%) dos casos. Segundo informações do (Dsei/MS) o município de Dourados com maior índice de assassinato com (40%) dos casos e o município de Amambai com (34%) dos casos.

Segundo Informações do (Dsei/MS) o município de Dourados com maior índice de assassinato com (40%) dos casos e o município de Amambai com (34%) dos casos.

No estado de Mato Grosso do Sul no município de Dourado em (2014), foi registrado o assassinato de uma liderança guarani kaiowa M.M de (28) anos. Crime que teve grande repercussão nacionalmente e internacionalmente. A ONU através de sua representante da ONU mulher do Brasil Nadini Gusman imitiu nota repudio e cobra das autoridades brasileiras investigações e justiça para com o assassinato da jovem liderança indígena kaiowa.

O corpo M.M foi encontrado na beira da BR-163. A indígena foi brutalmente assassinada com (35) facadas e havia sinais de violência sexual. Importante lutadora pela demarcação da terra indígena de Ñu verá e integrante do Grande conselho guarani Kaiowa da Aty Guassu. Segundo Nadini Gusman *“Frente ao perfil e às ameaças recebidas pela vítima são evidentes os elementos de feminicídio, assassinato de mulheres por razão de gênero.”*

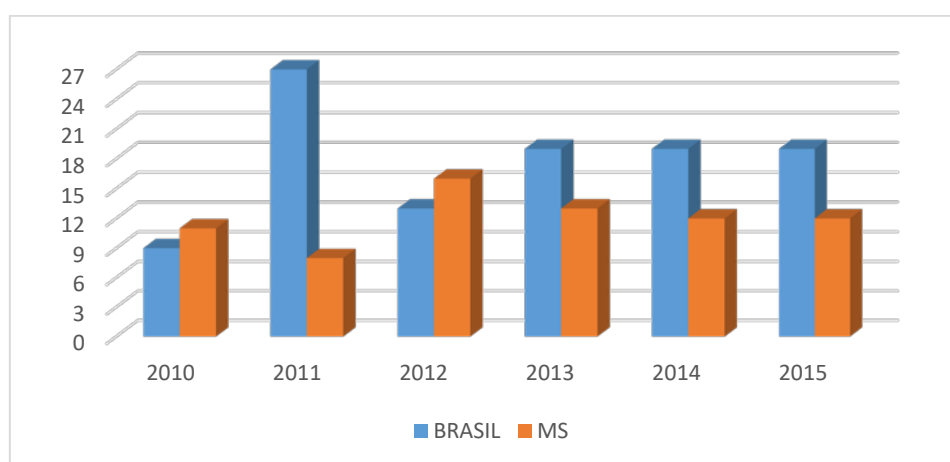
Em (2015) segundo dados do CIMI no estado de Mato Grosso do Sul houve (20) casos de assassinatos e distribuídos nos outros estados o número de assassinato foi de (34) casos.

Segundo CIMI, com base na Lei de acesso à informação (12.527/2011), teve acesso aos dados de violência estes dados enviados pelo SESAI são defasados não podem ser analisados como casos pois, não dispõe de números seguros sobre a violência indígena. No caso do estado de Mato Grosso do Sul, o CIMI levou em consideração os dados apresentados pelo Dsei -MS, que registrou (36) casos de assassinatos. Desse modo, os dados oficiais em todo o país totalizaram (137) vítimas.

O município de Dourados em (2015) segundo dados do CIMI, foi considerado o município mais violento do estado de Mato Grosso do Sul com (38%) dos casos de violência contra indígenas, seguido por Amambai com (27%) dos casos e Caarapó com (8%) casos no estado.

Portanto algum estudioso afirma que, a expansão do capitalismo carrega consigo o consumo de álcool, as drogas, o preconceito, dentre outros fatores geradores de violência contra os povos tradicionais, que se torna-se vulneráveis a todo tipo de violência, principalmente os jovens, adolescente e crianças indígenas.

GRAFICO 2– Tentativa de assassinatos no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Dados CIMI, org. Santos & Ferraz (2017)

Em (2010) foram registrados (18) tentativas de assassinatos. Sendo que o estado de Mato Grosso do Sul, tem o maior número de ocorrências com (11) casos. E (7) casos distribuídos no resto do país.

Segundo dados do CIMI em (2011) foram registrados (30). Sendo que, houve um aumento significativo em relação ao ano de (2010), que registrou (18), casos, em sua maioria no estado de Mato Grosso do Sul. No estado de Mato Grosso do Sul as ocorrências saltaram de (11) casos, para (27) casos em (2011).

No estado de Mato Grosso do Sul, além, da violência interna, houve ataque às comunidades acampadas às margens das rodovias.

Outro caso grave no estado de Mato Grosso do Sul foi ataque por não índios ao um ônibus escolar que transportava indígenas de diversas comunidades do povo terena, e

que retornava a suas aldeias. O ônibus foi cercado apedrejado e incendiado. Este ataque resultou na morte de uma indígena (adolescente) terena que não resistiu aos graves ferimentos causados pelas queimaduras.

Dados do CIMI afirmam que em 2012 foram registrados 23 casos de tentativas de assassinatos, (11) deles no estado de Mato Grosso do Sul e (10) distribuídos no restante do país.

Em Mato Grosso do Sul um acampamento erguido por cerca de (400) guarani kaiowa de Arroio Korá, no estado de Mato Grosso do Sul foi atacado por pistoleiros. Nas demais áreas do país também houve ataque motivado por questões fundiárias.

Em (2013) segundo dados do CIMI, foram registrados (29) casos de tentativas de assassinatos, o estado de Mato Grosso do Sul contabilizou (16) casos e o resto do país (13) casos.

No estado de Mato Grosso do Sul (16) casos de tentativas de assassinatos foram motivados por conflitos fundiários, sendo um caso onde um índio terena ficou tetraplégico, depois de levar um tiro nas costas.

Em (2014) segundo dados do CIMI, foram registrados (31) casos de tentativas de assassinatos, (12) casos foram registrado no Estado de Mato Grosso do Sul e (19) casos distribuídos em outras áreas do país. No estado de Mato Grosso do Sul as tentativas de assassinatos, foram registrados com atentados contra uma comunidade indígena inteira. Nos ataques, o guarani kaiowa, da terra Pyelito Kue foram vítimas de disparo de arma de fogo por pistoleiros. Também todas as outras ocorrências no demais estados do país foram praticados por pistoleiros. Outro fator que contribui para o aumento da violência foi as questões envolvendo garimpeiros do povo Makuxi, na terra indígena Raposa Serra do Sul, onde garimpeiros extraem ouro e diamantes, essas práticas são ilegais.

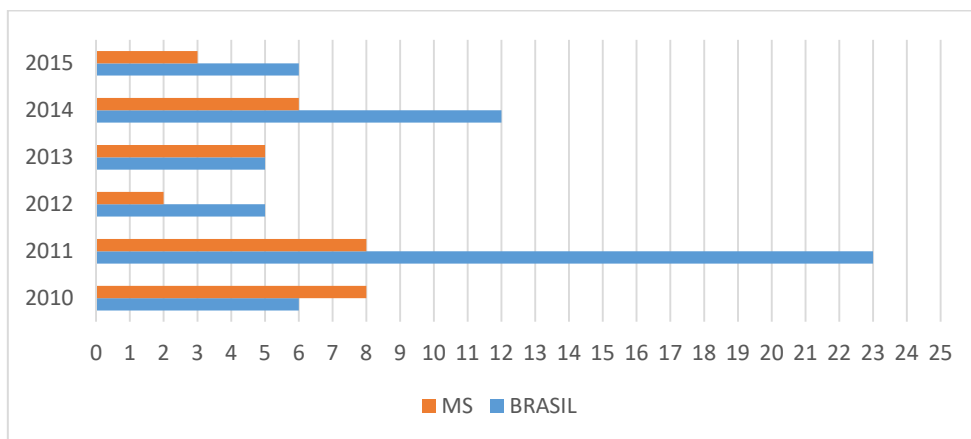
Em (2015) segundo dados do CIMI, foram registrados (31) casos de tentativas de assassinatos. No estado de Mato Grosso do Sul foram registrados (12) casos, e nos demais estado do país (19) casos.

No estado de Mato Grosso do Sul foram registrados (12) casos de tentativas de assassinatos e, além disso, houve ataques diretos a comunidades inteiras todos os ataques motivados por questões fundiárias.

Em (2015) o estado que merece atenção é o Maranhã em relação as tentativas de assassinatos com (7) casos e (30) vítimas. Violência está desencadeadas em virtude da

luta contra exploração de madeiras em terras indígenas. Outro estado que merece destaque é o Rio Grande do Sul os Kaingang também sofreram atentados que estão ligados a questão fundiária. Em todas as tentativas de assassinatos o consumo de álcool e conflitos fundiários são os fatores mais relevantes para a praticas dessa violência.

Gráfico 3 - Abuso sexual no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: dados, CIMI, org. Santos e Ferraz (2017)

Segundo dados CIMI em (2010) foram registrados (13) casos de violência sexual, todos contra menores de idades. No estado de Mato Grosso do Sul foram registrados (8) casos e (5) casos distribuídos no país.

Os casos de violência sexual registrado no estado de Mato Grosso do Sul vem somar quadro de violência existente no estado.

Outro caso que merece atenção, foi a denúncia feita pelo juizado de menores de Rondônia, de que as grandes obras da PAC na região, as usinas, no Rio Madeira motivaram a prostituição, abuso sexual e corrupção de menores.

Em (2011) segundo dados do CIMI aumentou o número de casos de violência sexual. Foram registrados (17) casos, com (39) vítimas, todas de sexo feminino, (12) casos envolveram menores de idade (adolescente). Do total de (8) casos aconteceram em Mato Grosso do Sul só vem reafirmar o quadro de violência vivido por menores (meninas) guarani kaiowa no estado.

No ano de (2012) segundo dados do CIMI foram registrados (7) casos com (12) vítimas. Em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas, foram denunciados uma rede de pedofilia, meninas indígenas de até (10) de idade, de famílias pobres, seriam vítimas dessa

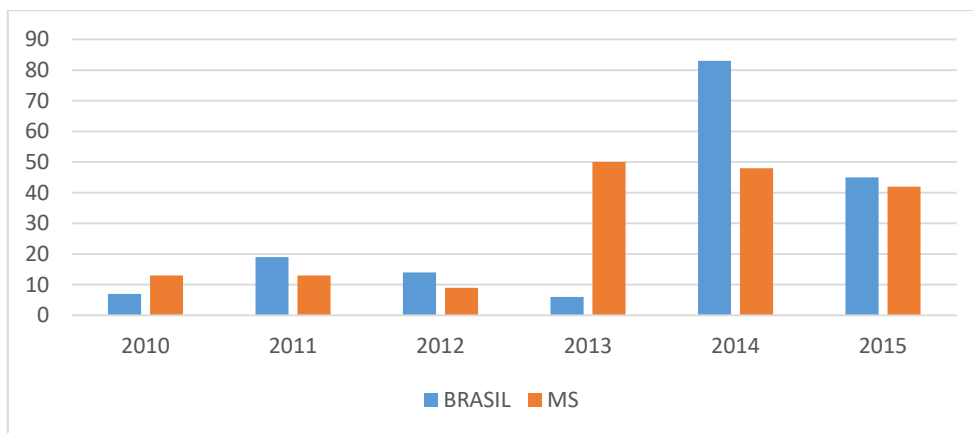
rede, em que, segundo o denunciante o Conselho Tutelar local, haveria participação de comerciantes locais.

Em (2013) segundo dados do CIMI foram registrados (11) casos de violência sexual com (9) vítimas. O Estado de Mato Grosso do Sul com (5) casos e (5) casos distribuídos nos demais estados do país.

Em (2014) segundo dados do CIMI, foram registrados (18) casos de violência sexual praticado principalmente contra as mulheres indígenas. No estado de Mato Grosso do Sul ocorreram 6 casos e no resto país foram registrados (16) casos.

No estado de Mato Grosso do Sul com maiores números de ocorrências. Neste estado um homem foi preso por suspeita de aliciar adolescente indígena no município de Dourados (MS), para prostituição. Os policiais chegaram até o suspeito através de denúncia anônima e, na casa de dele localizada na capital do estado Campo Grande foram encontradas três jovens indígenas entre 14, 15 e 17 anos.

Gráfico 4 – Suicídios no Brasil e no estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Dados, CIMI, org. Santos & Ferraz (2017)

Em (2010) segundo dados do CIMI forma registrado 20 casos de suicídios no ano de (2010). No estado de Mato Grosso do Sul ocorreram (13) casos e no restante do país 11 casos foram confirmados.

Desses (20) casos (16) eram homens e (4) mulheres. Em muitos casos os parentes recusam a dar detalhes sobre o caso e a vítima. Um dos motivos prováveis que levam principalmente os jovens e adolescente a cometerem suicídios os motivos, aparente são: brigas familiares e quadro depressivo da vítima. Segundo dados do CIMI o que chama

atenção é o fato dos suicídios envolver pessoas jovens ou muitos jovens (crianças). Sendo que há concentração de casos na faixa de (15) á (19) anos.

Um dos casos que chama atenção em (2010) foi o suicídio de rapaz guarani kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul que se suicidou por vergonha do pagamento que recebeu pelo seu trabalho em uma usina. Outro caso é a de um rapaz guarani do Estado do Paraná, onde o jovem vivia acampado às margens do lago de Itaipu, suicidou-se segundo o CIMI cansado da luta pela demarcação de uma terra para sua comunidade, que perderá sua terre tradicional com a inundação do lago.

Portanto segundo o CIMI o intuito de registrar os dados de suicídios é para mostrar a realidade em que vivem os indígenas brasileiros principalmente os jovens, adolescentes e criança indígenas. Sendo que o CIMI afirma que estes suicídios são motivados pela intolerância presente na sociedade envolvente, pelas tensões sociais que geram humilhações e falta de perspectivas futuras desses jovens, adolescentes e crianças indígenas. Portanto fica evidente que o quadro de alto índice de suicídios no estado de Mato Grosso do Sul, principalmente entre ao guarani kaiowa está relacionado com as más condições de vida. A falta de perspectiva do futuro e a falta de assistência por parte dos governos. No estado os suicídios entre os jovens, adolescente e criança é alto como demonstra os dados do CIMI.

Em (2011), foram registrados (26) casos de suicídios (13) casos no estado de Mato Grosso do Sul e (13) casos no restante do país.

Mais uma vez chama atenção para fato do alto índice de jovens, adolescente e crianças tirando a própria vida no estado. Das vítimas (6) eram menores, havendo concentração de casos na faixa de (15) a (19) anos. A baixa idade das vítimas é confirmada nos dados do CIMI em anos anteriores a (2011).

Entre os altos índices de suicídios de 2011, (4) casos são de vítimas que vivia em duas áreas de riscos: Vale do Javari (Amazonas) e no estado de Mato Grosso do Sul. Segundo dados do CIMI á também as ocorrências de suicídios entre os Karajá no (Tocantins), passou a preocupar por que tem aumentado nos últimos dois anos, anos do (2009 e 2010). E m (2011) foram (6) suicídios consumados e (8) tentativas de suicídios, somando (14) vítimas. Há outro grande problema, principalmente no estado de Mato Grosso do Sul é, quanto a perícia dos corpos que em muitos casos as famílias têm que esperar por muitas horas a chegada da polícia e perícia técnica no local.

Em (2013) segundo dados do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) foi registrado 56 ocorrências de suicídio, sendo (50) vítimas no estado de Mato Grosso do Sul, o restante do país registrou (6) casos. Segundo o CIMI (36) vítimas são jovens com idade entre (13 e 21) anos. A amostra de casos registrado no Relatório de (2013) indica algumas características recorrentes as vítimas são jovens. Outra recorrência é que os maiores números de vítimas foram registrados no estado de Mato Grosso do Sul e a maiorias das vítimas pertenciam a etnia guarani kaiowa. Segundo dados do CIMI repetem-se em (2013) casos em Tocantins e aparecem (3) casos no estado do Paraná. Na Ilha do Bananal apresentou um alto índice de suicídios entre o povo javaé e karajá.

Segundo o CIMI os dados oficiais da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) mostram uma realidade ainda mais violenta: 73 casos de suicídios no estado de Mato Grosso do Sul. Este índice é maior em 28 anos como afirma o CIMI. De acordo com o registro do CIMI, dos 73 indígenas mortos, 72 eram da etnia guarani kaiowa e, a maioria com idade entre 15 e 30 anos.

Portanto o CIMI afirma que no período de 1986 a 1997 foram registrados 244 indígenas mortos por suicídios entre os guarani kaiowa do estado de Mato Grosso do Sul, número que aumentou consideravelmente na última década. De 2000 a 2013 foram registrado 684 suicídios de indígenas no estado.

“as atuais condições de vida desses indígenas, que desemboca em estatística assombrosa de violência tem origem num processo histórico”. Explica o Procurador da República Marco Antônio Delfino de Almeida, do Ministério Público Federal (MPF) EM Dourados (MS). *“O que aconteceu foi uma transferência brutal, por parte da União, de territórios indígenas para não índios”.*

Esta transferência se deu pelo então Serviço de Proteção ao Índio (SPI) que demarcou, entre 1915 e 1928, oito reservas ao sul do estado para onde diferentes povos foram obrigados a migrar.

“as reservas demarcadas serviam como um depósito de mão-de-obra a ser utilizada conforme os interesses econômicos. Todo o processo de confinamento indígena teve como finalidade sua utilização como mão-de-obra para os projetos agrícolas, implantados no país, desde a cultura de erva-mate até a recentemente, com a implantação da cana-de-açúcar”. Completa o Procurador.

A reserva de Dourados (MS) é um exemplo desse processo histórico. Reserva criada junto ao perímetro urbano do município, na reserva vivem hoje mais de 15 mil índios em uma pequena porção de terra. A reserva de Dourados (MS) tem a maior densidade populacional do país e, onde houve 18 suicídios dos 73 casos de suicídios no estado de Mato Grosso do Sul em 2013.

Uma liderança guarani kaiowa acredita que o motivo de tantos jovens cometerem suicídios é a falta de perspectiva para o futuro, segundo a liderança *‘não têm futuro, não têm respeito, não têm trabalho e nem terra para plantar e viver. Escolheram morrer porque, na verdade, já estão mortos por dentro’*.

Ressalta ainda o Procurador que, *‘discriminação e o ódio étnico condutas incentivadas inclusive pelos meios de comunicação acentua de sobremaneira o problema dos suicídios. Os indígenas são pintados com entraves, empecilhos, obstáculos ao desenvolvimento. É como a mídia passasse a mensagem. ‘se você que, ficar bem, tire o índio do seu caminho’*. Afirma o Procurador.

O CIMI afirma que estudiosos e pessoas envolvidas com a causa indígena tentam compreender as razões que levam a essas altas taxas de suicídios entre os indígenas. Todos concordam que há um conjunto de fatores que devem ser interligados para um assunto tão complexo.

Segundo os estudiosos os fatores são os seguinte: perda de vínculos culturais e históricos, abuso de dependência de drogas e bebidas alcoólicas, problemas psíquicos, abusos sexuais, separação familiares, isolamento na vida social e na família; estresse cultural e enfraquecimento do sistema de crenças e espiritual são fatores de riscos estudados por muitos autores e citados no estudo do Fundo das Nações Unidas para Infância (UNICEF) e do grupo Internacional de Trabalho sobre assuntos indígenas (IWGIA).

Os dados obtidos pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) Relatório (2014), junto a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) indicam a ocorrência de 135 vítimas de suicídios entre os povos indígenas, em 2014. Os dados enviados pela SESAI estão distribuídos por 18 Distrito Sanitários Especiais (Dsei) instâncias responsáveis pelos atendimentos a saúde nas comunidades indígenas. Dada a limitação dos dados recebidos, não é possível fazer análise mais adequadas sobre as ocorrências.

Dados do CIMI (2014) e Dsei – MS mostram que o estado de Mato Grosso do Sul continua sendo o estado com maior número de vítimas de suicídios, com 48 ocorrências. A faixa etária com maior número de vítima é a dos 15 a 19 anos (36%), seguido de vítimas de na faixa etária de 10 a 14 anos (17%). O número maior de suicídios em 2014 foi registrado no município de Amambai (MS) com (36%). Segundo o CIMI o que chamou atenção no ano de 2014 foi o aumento de números de suicídios registrado no Alto Rio Solimões, localizados no Amazonas, onde são atendidos os povos tikuna, kokama e caixana, onde foram registrados 37 casos de suicídios.

Dados obtidos, junto a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e aos regionais do CIMI mostram a ocorrência de 87 suicídios entre os povos indígenas em, 2015. Os dados enviados pela SESAI estão distribuídos pelos Distritos Sanitários Especiais Indígenas (Dsei) instância responsáveis pelo atendimento à saúde nas comunidades indígenas.

Dada a limitação das informações, não é possível fazer análises mais adequada sobre as ocorrências em todo país.

Segundo dados do (CIMI) retirado (Dsei -MS), como em outros anos, o estado de Mato Grosso do Sul, continua com alto índice de suicídios entre o povo indígena, neste ano (2015) foi registrado pelo (SESAI) 45 casos de suicídios. A faixa etária com maior número de vítimas foi a 15 aos 19 (37%), seguido de vítimas na faixa de 10 a 14 anos (24%) e 20 a 29 anos (22%). O maior número registrado foi no município de Amambai (37%). Houve um aumento de suicido na região norte do país em áreas de Abrangências dos Dsei Amapá e norte do Amapá. Totalizando 32 suicídios.

Entretanto estes dados são contabilizados como casos pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), sendo que dentro desde casos pode haver um números maior de vítimas.

Portanto foi demonstrado através de gráficos a violência existente contra os povos indígenas no Brasil e no Estado de Mato Grosso do Sul. Sendo assim agora demonstrarei a violência vivida pelo guarani kaiowa w terena através de tabela. Estas tabelas tem a finalidade de reafirma a violência vivida por esses povos.

Segundo, Brand (professor na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), entrevista concedida para Conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul ,2010).

“ um fator de imensa preocupação é a violência interna nas aldeias do povo Kaiowa e Guarani. Sob o confinamento, famílias distintas acabam tendo que conviver com o imenso mal-estar causado pela altíssima densidade demográfica. Muitos casos de violência internas ocorrem entre os jovens. Com a proximidade dos centros urbanos, problemas como o consumo de álcool e drogas ilícitas potencializa ainda mais problemas internos, principalmente entre os jovens “.

Segundo (Zwestsch 2012, pag.49), a luta dos Guarani, Kaiowa no Mato Grosso do Sul pode ser vista como um dos extremos a que chega a *“ desvalorização dos povos indígenas, o descrédito da lei maior e das autoridades competentes, em todos os três níveis (executivo, legislativo e judiciário), e como em nosso país os direitos democráticos demandam permanente de luta para serem exercidos em sua plenitude”.*

Segundo Jose Afonso da Silva (Advogado, assessor Jurídico do conselho Indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do Sul):

os confinamentos indígenas em áreas extremamente pequenas, a exemplo da terra indígena de Dourados (MS) onde convivem aproximadamente 14 mil indígenas (Kaiowa, Guarani e Terena) em cerca de 3.600 hectares de terra, resultam em gravíssimos problemas ligados à violência, sustentabilidade e organização social deste povo. Como o próprio Relatório de Violência do CIMI aponta, o Mato Grosso do Sul “recordista” de violência contra os povos do Brasil e as causas dessa realidade está intimamente ligada à falta de suas terras tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos que uma pesquisa deve contribuir com a produção de novos conhecimentos e reconhecemos que a Geografia sempre esteve muito distante de temas que abordam as relações sociais, culturais e territoriais de diferentes grupos humanos, especialmente os povos indígenas. Nesse sentido, esperamos contribuir teoricamente acerca da questão indígena na sociedade brasileira, desde uma perspectiva geográfica.

Os trabalhos acadêmicos influenciam e potencializam interpretações dessas categorias nativas, permitindo a reelaboração desses conceitos pelos Guarani, Kaiowa e Terena. Desse modo, essa pesquisa busca fazer o caminho inverso, desvendar como categorias nativas revolucionam nossas categorias e conceitos geográfico.

Partimos do entendimento de que as teorias são importantes para estabelecer interações mais aprofundadas com aquilo que dispomos a entender ou contribuir. Elas são o meio possível para que novos elementos sejam postos em evidência, para que as particularidades, imersas na abrangência explicativa subjacente aos constructos teóricos sejam compreendidos em sua complexidades e diversidade, redefinido o nosso olhar e nossa compreensão, ainda que sempre parcial das diferentes realidades. A teoria deve surgir da realidade, vivida e contada pelos homens e mulheres, meninos e meninas. Estamos dispostos a dialogar e aprender com eles novas formas de pensar o mundo, o espaço, a Geografia, as geografias, a Reserva, os conflitos, as violências, os Guarani, Kaiowa e Terena.

BIBLIOGRAFIA

Conselho indigenista Missionário Regional de Mato Grosso do sul. <Acesso 01-08 de 2017>

Cimims.@terra.com.br <Acesso 01-08 de 2017 >

CHAMORRO, Graciela.

História Kaiowa. Das origens aos desafios Contemporâneos.

Graciela Chamorro. - São Bernardo do Campo: Nhanduti Editora ,2015,320p.

BRAND, Antônio

Antônio Brand, professor da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). Doutor em História e Coordenador do Programa Kaiowa / Guarani -NEPPI/UCDB.

(RTM ONLINE., disponível na Internet no endereço <http://intonline.globo.com/> / noticias

www.campanhaguarani.org.br < Acesso 01-08 de 2017>

GOLDENBERG, Mirian.

Arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais / Mirian Goldenberg. -8°ed.-Rio de Janeiro: Record ,2004, 107p. Inclui Glossário

LANGER, Protasio Paulo; CHAMORRO, Graciela.

Missões, militância Indigenista e protagonismo Indígena. XIII Jornadas Internacionais sobre Missões Jesuíticas Volume II/ Protasio Paulo Langer; Graciela Chamorro. - São Bernardo do campo: Nhanduti Editora ,2012,368p.

PEREIRA, Levi Marques

Os Terena de Buriti: as formas organizacionais, territorialização da identidade étnica. / Levi Marque Pereira. -Dourados, MS: Editora da UFGD ,2009.170 p.

PEREIRA, Levi Marques

Os Kaiowa em Mato Grosso do Sul: módulos organizacionais e humanização do espaço habitado. / Levi Marques Pereira. - Dourados. -MS: Ed. UFGD ,2016.127p.

FUNAI: www.funai.gov.br < Acesso 01-08 de 2017>

MOTA, Juliana Grasiéla Bueno

Territórios e territorialidades Guarani e Kaiowa: da territorialização precária na Reserva de Dourados a multiterritorialidade – (Dissertação de Mestrado) apresentada ao Programa de pós-graduação em Geografia -UFGD- Faculdades de Ciências Humana -FCH.: Dourados -MS 2011

MOTA, Juliana Grasiéla Bueno

Territórios, multiterritorialidades e memórias dos povos Guarani e Kaiowa: diferenças geográficas e as lutas pela descolonização na Reserva Indígena e nos acampamentos-TEKOHA -Dourados /MS. (tese de doutorado) -FCT-UNESP. Presidente Prudente -SP 2015

MELO, Aparecida Maria Vieira.

Ser criança indígena: Conselho tutelar e os Direitos humanos; **Diversitas Journal volume 1**, número 2 (Mai/Ag. 2016) pp: 206 -212. www.kentron.edu.br/index.php/diversitas-journal. < Acesso 01-08- de 2017 >

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. www.ibge.gov.br/ < Acesso 12-03 de 2017 >

SOUZA, de Godoi Thais.

O jovem no Brasil: orientação da UNESCO para as políticas de juventude.

www.anpedsul2016.ufpr-content/.../eixo thais-godoi- de-Souza < Acesso 04- 08 de 2017 >

Reunião Científica Regional da ANPED

Educação, movimentos sociais e políticas governamentais / 24 a 27 de julho de 2016 / UFPR -Curitiba -Paraná. [www.anpedsul2016.ufpr.br/educação-movimentos -sociais-e-politicas -publicas-governamentais](http://www.anpedsul2016.ufpr.br/educação-movimentos-sociais-e-politicas-publicas-governamentais) < acesso 04- 08 de 2017 >

Vários autores:

Suicídios adolescente em povos indígenas. São Paulo Arte Brasil Editora .2014po. pp.131.

Com informações da matéria.

“**índice de suicídios entre os indígenas no MS e o maior 28 anos**”, publicada pelo Boletim: **O mundo que nos rodeia**, CIMI ,05/2014.

Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=News&conteúdo-id=7549&action=read&pg=104>

MAPA I. SCIELO: BITTENCOURT & LADEIRA ,2000p,40.

A ocupação indígena em MS: Interação (Campo Grande) Vol. 4Nº.2, Campo Grande July/Dec. 2013.<http://dx.doi.org/101590/si518-70122013000200014> <acesso 03—08 de 2017 >

Mapa II. Geoprocessamento do programa Kaiowa /guarani, NEPPI, UCDB (2005).

Trilhas do conhecimento o ensino superior de indígenas no Brasil: núcleo de MS / os guarani kaiowa e Nãndeva. < Acesso 03-08- de 20

RELATÓRIO_ Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2010

Este relatório é uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

PRESIDENTE- DOM Erwin Kräutler. www.cimi.org.br

RELATÓRIO_ Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2011

Este relatório é uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

PRESIDENTE- DOM Erwin Kräutler. www.cimi.org.br

RELATÓRIO _ Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2012

Este relatório é uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

PRESIDENTE- DOM Erwin Kräutler. www.cimi.org.br

RELATÓRIO - Violência contra os povos indígenas no Brasil dados de 2013 Este relatório é uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

PRESIDENTE- DOM Erwin Kräutler. www.cimi.org.br

RELATÓRIO_ Violência contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados de 2014

Este relatório é uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

PRESIDENTE- Dom Roque Paloschi. www.cimi.org.br



RELATÓRIO – Violência contra os povos indígenas no Brasil – Dados de 2015

Este relatório é uma publicação do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

PRESIDENTE- Dom Roque Paloschi. www.cimi.org.br